## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2021

(Da Sra DEPUTADA PROFESSORA ROSA NEIDE e outras)

Requer informações ao Ministro da Educação sobre os pedidos de desligamento de cargos por servidores do INEP e denúncias sobre o processo de aplicação do ENEM.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no artigo 50, § 2º da Constituição Federal combinado com o § 2º, inciso V do artigo 24, e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado, ouvido o Colegiado desta Comissão de Educação, Requerimento de Informação ao Ministro da Educação sobre as denúncias externadas na mídia sobre interferências no processo de aplicação do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio e sobre os pedidos de servidores de desligamento de seus cargos no INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Diante da crise estabelecida no INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, com denúncias de servidores e pedidos de exoneração dos seus cargos solicitamos as seguintes informações:

1. Foi informado pelos servidores que, no dia 2 de setembro, período da fase final de elaboração da prova, um policial federal passou por todo o esquema de segurança e entrou no espaço chamado "ambiente seguro" de criação do exame. Este espaço é de acesso somente dos membros da comissão elaboradora da prova.

O ministério enviou solicitação oficial a Polícia Federal? Se sim, solicitamos cópia do ofício ou documento enviado e resposta da Polícia Federal.





Qual a motivação do acesso do policial federal? Ele apresentou relatório da "visita" e apontamentos? Existiu alguma ameaça que motivou o pedido?

O policial federal teve acesso ao conteúdo da prova? O que ele teve acesso? Fez algum registro fotográfico? Fez uso do celular no ambiente seguro?

2. Os servidores pediram o desligamento de suas funções, primeiro dois servidores, o coordenador-geral de exames para certificação do Inep, Eduardo Carvalho, e o coordenador-geral de logística da aplicação, Hélio Junio Rocha Morais. Depois mais 35 servidores solicitaram desligamento de suas funções.

Quais os motivos apresentados pelos servidores, em bloco, pedirem o desligamento de suas funções? O presidente do Inep, Sr. Danilo Dupas, conversou com os servidores ou com o sindicato representante dos servidores?

Foram designados novos ocupantes para as funções vagas ou estão sem comando?

 Em entrevistas, os servidores denunciam alterações nas provas solicitadas por superior. Informaram que a prova aprovada está na terceira versão.

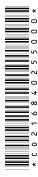
Quem foi o solicitante destas alterações? Com base em que critérios? De que forma foram orientadas as alterações? Verbalmente?

Para que fizesse a solicitação das alterações foi preciso ter acesso às questões da prova. Como e quem teve esse acesso? Com que justificativa esta pessoa teve acesso?

Quais as questões que foram alteradas e quais justificativas para que fossem substituídas?

4. O presidente da República, Jair Bolsonaro, declarou na imprensa que "começam agora a ter a cara do governo as questões da prova do Enem".





Esta declaração indica ao menos duas possibilidades: uma de que ele teve acesso à prova (diretamente ou por terceiros) para saber que tem a cara do governo e a segunda é que ele ordenou as alterações.

Qual delas ocorreu? O presidente, Jair Bolsonaro, teve acesso ao conteúdo da prova?

O presidente ordenou que tipo de questões devem conter as provas ou que tipo de questões não devem conter na prova? E que cara é esta indicada pelo presidente Jair Bolsonaro?

O presidente, Jair Bolsonaro, solicitou ao Ministro da Educação alterações nas provas? Solicitou direto ao presidente do INEP, Sr. Danilo Dupas?

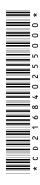
## **JUSTIFICATIVA**

O ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio, realizado pelo INEP/MEC, foi criado em 1998 no governo de Fernando Henrique Cardoso. Naquele momento, o objetivo era avaliar anualmente o aprendizado dos alunos do ensino médio em todo o país. Servindo de apoio nas políticas de melhoria do ensino brasileiro através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ensino Médio e Fundamental. Outra função conferida ao ENEM, era o de influenciar mudanças nos currículos de ensino médio. Na segunda edição, foi utilizado como modalidade de acesso alternativo ao vestibular.

Em 2009, durante a gestão do ministro da Educação Fernando Haddad, no Governo Lula, foi unificado o concurso vestibular das universidades federais brasileiras. Com a ampliação do papel do ENEM foi necessário um grande número de questões (banco de itens) previamente calibrados pela TRI (Teoria de Resposta ao Item), que é método de avaliação usado no ENEM para garantir a comparabilidade dos resultados.

O ENEM ainda é utilizado para acessar bolsa de estudo em universidades particulares através do ProUni (Programa Universidade para Todos) e para obtenção de financiamento através do Fies (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior). Em 2011, foi criado o





programa <u>Ciência sem Fronteiras</u>, mais uma política descontinuada pelo Governo Bolsonaro, na qual, para postular bolsa de <u>intercâmbio</u> em instituições estrangeiras, era necessário ter atingido um mínimo de pontos na prova do Enem.

Este breve histórico é para registrar a importância deste programa, principal meio de acesso a educação superior, principalmente dos estudantes mais pobres deste país.

Esta semana, nunca antes um programa desta relevância, passou por tamanha ameaça de sua execução, algo que demonstra o objetivo deste governo, que é o desmonte e o descaso com a educação pública brasileira.

Servidores do INEP/MEC, denunciaram na mídia que **sofreram pressão psicológica e vigilância velada** na formulação do Enem 2021 para que evitassem escolher questões polêmicas, que eventualmente incomodariam o governo Bolsonaro. Assim, 37 servidores <u>pediram exoneração de suas funções</u>, muitos cargos diretamente ligados à realização dos exames.

Em matéria do Fantástico/Globo (14/11), servidores públicos do Inep detalharam as tentativas de interferência no conteúdo das provas, as situações de intimidação e acusaram o presidente do órgão de despreparo.

O ministro da Educação, Milton Ribeiro, disse, em meio a crise sem precedentes, que não há alteração no cronograma do exame e que a situação está sendo monitorada para garantir a normalidade de execução do Enem. O presidente do INEP, em reunião da Comissão de Educação desta casa, não esclareceu nenhum dos questionamentos dos parlamentares. Não disse que ações estavam sendo tomadas para garantir a lisura e aplicação das provas que ocorrem já neste dia 21. Disse também que os pedidos de afastamento dos cargos era problema interno. Como? Entrou e saiu da audiência sem dizer nada sobre a crise e sem apontar as providências que iriam tomar.

Como ouvir de um presidente da República que ao falar do assunto disse a imprensa: "O que eu considero muito também, começam agora a ter a cara do governo as questões da prova do Enem". E ainda: "Ninguém precisa ficar preocupado. Aquelas questões absurdas do passado, que caíam tema de redação que não tinha nada a ver com nada. Realmente, algo voltado para o aprendizado."





Diante do risco de piorar a já abalada, credibilidade do exame, é que solicitamos a esta Comissão de Educação que aprove o Requerimento de Informações ao Ministério da Educação, a fim de que o parlamento possa entender o que ocorre e o que esta sendo feito para garantir a lisura no processo da aplicação das provas.

Sala da Comissão, 16 de novembro de 2021.

PROFESSORA ROSA NEIDE (PT/MT)

NATÁLIA BONAVIDES (PT/RN)

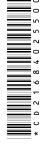
PEDRO UCZAI (PT/SC)

ZECA DIRCEU (PT/PR)

MARIA DO ROSÁRIO (PT/RS)

PATRUS ANANIAS (PT/MG)

ROGÉRIO CORREIA (PT/MG)
WALDENOR PEREIRA (PT/BA)
REJANE DIAS (PT-PI)
JOSÉ RICARDO (PT-AM)
JOSÉ GUIMARÃES (PT/CE)
REGINALDO LOPES (PT/MG)





## Requerimento (Da Sra. Professora Rosa Neide )

Requer informações ao Ministro da Educação sobre os pedidos de desligamento de cargos por servidores do INEP e denúncias sobre o processo de aplicação do ENEM.

Assinaram eletronicamente o documento CD216840255000, nesta ordem:

- 1 Dep. Professora Rosa Neide (PT/MT)
- 2 Dep. Natália Bonavides (PT/RN)
- 3 Dep. Waldenor Pereira (PT/BA)

